

O BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1985, SUA RAIZ INSTITUCIONAL E AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA A PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO

Gerson de Arruda Neto¹, Tatiana Acar²

A economia brasileira, a qual espera-se tanto, tem entregado pouco. Desde a redemocratização em 1985, observa-se que a economia do país cresce a passos lentos, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil crescido a uma média de 2,33% ao ano desde 1985, sendo que, na última década (2011-2020), cresceu apenas 0,3% ao ano. O PIB per capita também teve baixo crescimento, cerca de 1,2% ao ano entre 1985 e 2018, e queda de 0,13% ao ano entre 2011 e 2018. Além disso, a desigualdade continua sendo uma forte e triste realidade da sociedade brasileira, ficando, em 2018, como o segundo país com maior concentração de renda entre mais de 180 países, apresentando 0,539 no índice de Gini.

Certas políticas sociais e econômicas são criadas em busca de uma maior equiparação da sociedade, a fim de corrigir as disparidades. Entretanto, a forma como são realizadas na prática podem torná-las ineficazes. Com isso em mente, tem-se que as instituições possuem papel fundamental no crescimento econômico de um país, e no Brasil não é diferente.

Nesse sentido, a pesquisa começa expondo as teorias base deste trabalho, as teorias institucionais de Douglass North (1990) e de Daron Acemoglu e James Robinson (2012). O primeiro acredita em instituições eficientes como sendo aquelas capazes, principalmente, de garantir as liberdades individual, econômica e social, e de dar segurança jurídica a partir da definição eficiente e garantia dos direitos de propriedade, dando ênfase na importância de mudanças institucionais que propulsionem o crescimento econômico. Enquanto o segundo afirma que as instituições inclusivas (equivalente a eficientes em North) somente existem em seu total potencial dentro de uma democracia plena, pois por meio dela se tem a pluralidade de pensamento e difusão dos poderes entre as diversas camadas sociais, construindo assim instituições políticas inclusivas que levam à instituições econômicas inclusivas. Haja vista a importância das instituições no impacto sobre o crescimento econômico e de que forma a democracia abre o caminho para o desenvolvimento de instituições eficientes e seu respectivo

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: gneto@outlook.com.br

² Profa. orientadora. Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: tatiana_acar@id.uff.br

impacto positivo sobre o crescimento econômico, conceitua-se, após as teorias institucionais, os temas crescimento econômico e democracia, listando alguns autores que se aprofundam no estudo específico desses temas. Na sequência, analisa-se a relação entre democracia e crescimento econômico, passando pelas controvérsias de diversos estudos e trazendo à tona o estudo de Acemoglu et al (2019), o qual constata o impacto positivo da democracia sobre o crescimento econômico, estimando que países que se democratizaram tiveram um crescimento econômico cerca de 25% superior aos países não democráticos, nos primeiros 25 anos de democratização.

Uma vez estruturada a base teórica, é introduzido ao debate o caso do Brasil, mais especificamente uma análise a partir da redemocratização em 1985. Para tal, utiliza-se a análise de Menezes (2010) acerca da conjuntura democrática econômica brasileira a partir da Constituição Federal de 1988, bem como a literatura de Mendes (2014) a respeito do baixo crescimento econômico brasileiro e sua relação com a desigualdade e a democracia, em que o autor lista 10 causas imediatas para o baixo crescimento e uma razão mais profunda por trás dessas causas, que acredita ser a alta desigualdade em meio ao regime democrático.

A fim de buscar soluções, são apresentadas as análises e propostas de Mendes (2014 e 2019) que acredita em duas possíveis direções, um ciclo virtuoso ou um ciclo vicioso. Em sequência, é explanada a importância da credibilidade fiscal, segundo Montes e Acar (2018). Também são apresentadas as proposições de diversos autores diferentes, presentes no livro organizado por Giambiagi et al. (2020), no que diz respeito a transformações na atuação do Estado brasileiro, isto é, mudanças institucionais capazes de proporcionar aumento na produtividade e, portanto, no crescimento econômico.

Por fim, são pautadas algumas considerações finais, trazendo uma reflexão sobre os apontamentos feitos ao longo do trabalho e as conclusões auferidas.

Em suma, este trabalho propõe-se a explicar como o quadro institucional brasileiro figurado após a redemocratização tem freado o crescimento econômico do país. Para tal, utilizou-se da metodologia de pesquisa explicativa, a fim de apresentar as teorias institucionais de North e de Acemoglu e Robinson, de forma a compreender a dinâmica institucional por trás do desempenho econômico dos países; correlacionar suas teorias com os conceitos de democracia e crescimento econômico; entender de que forma o quadro institucional brasileiro fora configurado a partir da redemocratização, bem como buscar responder se as instituições são a origem do fraco desempenho econômico do Brasil; e, por fim, explanar possíveis mudanças institucionais, a fim de mudar o modo de agir do Estado brasileiro para promover

uma aceleração no crescimento econômico.

Referências

ACEMOGLU, Daron. et al. Democracy does cause growth. **University of Chicago Press Journal**, v. 127, n.1, Feb. 2019.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Por que as nações fracassam**: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

GIAMBIAGI, Fabio; FERREIRA, Sergio Guimarães; AMBRÓZIO, Antônio M. Hoelz. **Reforma do estado brasileiro**: transformando a atuação do governo. São Paulo: Atlas, 2020.

MENDES, Marcos José. **Por que o Brasil cresce pouco?** Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MENDES, Marcos José. **Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

MENEZES, Fernanda Montenegro de. **A democracia econômica no constitucionalismo brasileiro**. 2010. Dissertação (Mestre em Direito Econômico e Político) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

MONTES, Gabriel Caldas; ACAR, Tatiana. Fiscal credibility, target revisions and disagreement in expectations about fiscal results. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, v. 76, p. 38-58, May 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.qref.2019.06.002>. Acesso em 1 nov. 2021

NORTH, Douglass C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.